

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES ¹COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Elisângela Justino¹ - UEPB- anginhaluz2009@hotmail.com
Julia Augusta de Assis Lima- UEPB julialimaassis0@gmail.com
Viviane de Almeida Silva- UEPB etavivi@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo socializar, em linhas gerais, reflexões sobre questões de Gênero, Sexualidade e Educação. Através de pesquisas bibliográficas buscamos entender como essas relações vêm sendo trabalhadas nas escolas, e se favorece um aprendizado significativo nas atividades pedagógicas. Para fundamentar essas questões trouxemos a Teoria de Guacira Lopes Louro. O estudo tem interesse de alcançar uma maior reflexão a cerca dessas problemáticas que norteiam o ambiente escolar. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Francisco dos santos – Gurinhém, Sítio Buenos Aires- zona rural, no período de trinta dias com uma turma multiseriada, no turno manhã. Passando político que têm as relações de gênero e sexuais, o que leva tais setores a disputar todos os em seguida a discutir o que é Gênero, Sexualidade e Educação, descrição das atividades, realizadas em sala com os alunos, avaliando dessa forma a aprendizagem dos alunos como também a minha prática docente. Com relação aos resultados e Discussões podemos o dizer que na perspectiva desse estudo e de outros/as, não escapa aos setores conservadores caráter espaços em que uma educação sexual possa ser desenvolvida. Como conclusões considerou-se que esses compõem a prática educacional, portanto, o debate é em prol da não perpetuação de preconceitos e estereótipos que geram situações negativas entre homens e mulheres. Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no componente curricular Diversidade, Inclusão social e Educação pela professora Margareth Maria Melo (UEPB) para um melhor aprendizado no processo acadêmico e educativo.

Palavras Chave: Gênero, Sexualidade, Educação.

INTRODUÇÃO

A escola ocupa um lugar de grande importância para abordagem de temas como gênero e sexualidade com Crianças e adolescentes. Por meio de atividades formais desenvolvidas pelos educadores e pela escola e informalmente em rodas de conversas entre os adolescentes surgem com grande frequência discussões a respeito destes temas onde estes, têm oportunidade de explorar suas opiniões, as suas dúvidas e seus anseios sobre os temas em questão. A proposta do trabalho educativo com a diversidade sexual é inseri-la nas diversas disciplinas do currículo por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica. Nesta perspectiva consideram-se os referenciais de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. O desafio é subsidiar teórico-metodologicamente os professores e as professoras das redes municipais e estaduais de ensino, por meio da formação continuada e da produção de materiais de apoio pedagógico. Através de grupos de estudos, orientações pedagógicas, fundamentação teórica e metodológica aos educadores/as das redes estaduais e municipais de ensino, espera-se oferecer aos professores/as um constante aperfeiçoamento a partir de discussões e capacitação para enfrentamento das dificuldades acerca de questões de gênero e diversidade sexual, preparando os mesmos para discussões no ambiente escolar baseada em conhecimento científico e não em crenças e valores pessoais. É importante lembrar que é na escola que as crianças passam a maior parte do seu dia e adquirem parte de sua formação como cidadãos e dependendo do que vivenciarem neste espaço, isso pode impactar positivamente ou não na construção de suas ideias sobre gênero, sexualidade e temas afins.

Gênero, Sexualidade e Educação.

O sistema educacional no Brasil apresenta documentos diversos que apontam e orientam as escolas na realização de trabalhos nessa área, focando, principalmente nas questões sobre sexualidade, gênero, diversidades. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental (BRASIL, 1998) apresentam as questões sobre gênero e orientação sexual como temas transversais a serem trabalhados nas séries iniciais.

A inserção desses temas nas salas de aula trouxe um grande desafio para nos professores. De certa forma, podemos ser considerados leigos. Sobre essas discussões e apresentamos dificuldades para lidar com esses assuntos tão complexos que envolvem, além de conhecimentos específicos, posturas que variam em função da cultura familiar, social e das experiências pessoais. Deborah Britzman (1996,p.74):

Nenhuma identidade sexual- mesmo a mais normativa- é automática, autêntica, facilmente assumida, nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação volátil, uma relação volátil, uma relação social contraditória e não finalizadora (grifos da autora).

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois polos; pretendemos dizer que as varias formas de gênero e sexualidade são interdependentes, ou seja, afetam umas às outras. Richard Johnson (1996) aponta isso ao sustentar que os conservadores estão corretos quando dizem que a “celebração” da identidade gay/lésbicas afeta a família (tal como a eles a Percebem e como a desejariam conservar).

De fato, a crescente interface nas suas representações sociais: Mas Richard acrescenta: Eles(os conservadores) estão errados em apresentar isso como ameaça.

Quem, exatamente, é ameaçado? Devemos sempre policiar os limites sexuais e congelar nossas formas de viver? Por que não podemos ver a diversidade sexual como uma fonte de construção de algumas novas possibilidades? Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. A atribuição da diferença é sempre historicamente e de contingente- ela é dependente de uma situação e de um momento particulares.

Segundo Guacira diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tomando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna

começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Dentre os múltiplos e muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente-tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela parece quase sempre “natural”. Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças. Denise Portinari diz: A linguagem é um turbilhão e nos usa muito mais do que nós a usamos. Ela nos carrega, molda, fixa, modifica, esmaga (seria talvez a depressão: sou esmagada pela palavra) e ressuscita (não há “palavra de salvação?”).

Talvez se possa vincular a emergência dessas discussões a transformações que diversas sociedades ocidentais, ente elas o Brasil, viveram a partir dos anos sessenta. Para muitas pessoas esse período é considerado fundamental no âmbito das relações de gênero e sexuais, seja porque percebem ali o início de uma era de “permissividade”, seja porque o identificam com a “revolução sexual” seja porque registram um incremento na “mercantilização do sexo”, ou ainda porque observam grandes mudanças nas formas de regulação da sexualidade-com uma crescente referencia à homossexualidade, ao aborto, à pornografia etc.

É a partir da análise de alguns desses processos sociais que Jeffrey falado surgimento de um “novo moralismo”:

O paradoxo político do fim dos anos setenta e começo dos oitenta é que foram os moralistas tradicionais- ou, ao menos seus descendentes da ultima geração – os que reconheceram a oportunidade que oferecem a nova complexidade política e o aumento da importância da política sexual. A eles se soma a velha esquerda, que fracassou abertamente em sua intenção de responder às novas políticas. Portanto, e cada vez mais, o programa político contemporâneo sobre temas relacionados com o sexo está elaborado não por uma esquerda libertária, mas por uma direita moral. (WEEKS, 1993, p. 64)

Na perspectiva desse estudo e de outros/as, não escapa aos setores conservadores o caráter político que têm as relações de gênero e sexuais, o que leva tais setores a disputar todos os espaços em que uma educação sexual possa ser desenvolvida.

As políticas curriculares são, então, alvo da sua atenção, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente “sãos”. “Isso tem ocorrido em vários países e, como Weeks observa, a política sexual acaba por fundamentar num conjunto de pressupostos arraigados da tradição sexual: o sexo como perigo e ameaça, mais do que como oportunidade”.

Segundo Guacira a educação sexual é uma questão do âmbito do privado, a ser encaminhada e tratada exclusivamente pela família ou a escola dela deve participar(ou dela incumbir)?

È conveniente falar sobre sexualidade ou isso pode incitar precocemente os/as jovens? Se tais questões forem discutidas na escola, devem ser desenvolvidas numa disciplina específica ou devem ter caráter multidisciplinar? Devem ser compartilhadas por varias disciplinas? Num horário regular? Obrigatório? Extra-classe? Opcional?

Que tipos de formação devem ter os/as professores/as encarregados/as dessa atividade? Qual o caráter de suas aulas? O Objetivo (ou a preocupação) deve ser informar? Prevenir? Orientar? Moralizar? Essas e muitas outras questões conduziram discussões acirradas e também permitem que projetos de lei ou diretrizes programáticas fossem “empurradas” por anos.

Talvez se possa vincular a emergência dessas discussões a transformações que diversas sociedades ocidentais, entre elas o Brasil, viveram a partir dos anos sessenta. Para muitas pessoas esse período é considerado fundamental no âmbito das relações de gênero e sexuais, sejam porque percebem ali o início de uma era de “permissividade”, seja porque registram um incremento na “mercantilização do sexo”, ou ainda porque observam grandes mudanças nas formas de “regulação da sexualidade” com uma crescente referência à homossexualidade, ao aborto, à pornografia etc.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE.

O presente relato de experiência ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Francisco dos santos – Gurinhém, Sítio Buenos Aires- zona rural. Onde tive como ponto de partida para as minhas reflexões sobre gênero e sexualidade nas observações feitas na minha prática docente. As ações inerentes sobre a questão do gênero e sexualidade foram sendo identificadas no decorrer das aulas como: meninos não brincam com meninas, meninas brincam com meninas e meninos com meninos, meninas não pode brincar de carrinho, meninos não pode brincar de bonecas e nem vestir roupa da cor rosa, nem pegar em objetos com a mesma cor porque rosa é cor de menina, do mesmo acontecia com as meninas não pode vestir ou pegar objetos azul porque azul é cor de menino. Sentar perto para brincar tinha que ser separados. Todos esses exemplos ouviam das mães das crianças (tipo Elisângela eu não quero esse menino perto dessa menina, professora coloca essa menina longe desse menino e etc.)e presenciava todos os dias na sala de aula. Então comecei a pensar como separar meninos de meninas num ambiente escolar onde todos são crianças e estão inseridos para obter um desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Continuei pensando numa maneira dentro da prática que atendesse as questões de corpo e sexualidade .Nesse sentido busquei a a partir de atividades práticas, algumas rodas de conversas e brincadeiras sobre o corpo de forma a minimizar algumas barreiras tanto para as crianças quanto para mim enquanto educadora. Pois a todo o momento estava trabalhando com essa questão em sala, não foi fácil é não é fácil pois tive que acredita muito no meu trabalho numa visão positiva, pois a todo momento via as mães cochichando, de cara feia, não me perguntavam mas observava nos seus olhos o que eu estava fazendo era exatamente o contrário do que elas haviam me pedido e assim fui seguindo e continuo ate hoje e acredito que cada dia vou alcançando os objetivos necessários para quebrar essas barreiras encontradas dentro dessa temática de gênero e sexualidade.

Segundo Guacira dispomos de poucas informações sobre as formas como as escolas brasileiras conduzem suas aulas ou atividades ligadas á educação sexual. Mas é possível supor, pelos livros e materiais didáticos disponíveis no mercado, pelas indagações de professores e professoras, pelas reportagens e programas da mídia, que essa ainda é uma área onde todos/as se movimentam com extrema cautela e com muitos receios, onde a regra é buscar refúgio no científico, (que é traduzido, neste caso, por um estreito bilogismo),evitando a contextualização social e cultural das questões.

Portanto, á medida em que a instituição se tornava um espeço de formação privilegiado, tudo o que se passava no seu interior ganhava importância. Outros modos de educação se de aprendizagem continuaram a existir, é claro, mas as sociedades modernas ocidentais passavam a colocar na escolarização e, então, nos sujeitos da escolarização uma atenção especial. Isso representou não apenas olhar para as crianças e jovens e pensar sobre as formas de discipliná-los, mas também observar e disciplinar aqueles que deveriam fazer a formação, ou seja, os professores.

Segundo a autora professores e professoras- como qualquer outro grupo social- foram e são sujeitos de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apela-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que “refletem” as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que “constituem”, que os “produzem”. Estamos aqui operando a partir de uma perspectiva teórica que entende a representação não como um reflexo ou espelho da realidade, mas como sua constituidora. Nessa perspectiva, não cabe perguntar se uma representação “corresponde” ou não ao “real”, mas ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seu efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o “real”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desse estudo me proporcionou destacar alguns pontos fundamentais, na discussão de gênero e sexualidade, não para finalizar o assunto, mas para fomentar novos debates sobre o mesmo. Partindo da compreensão que sexualidade e gênero são construções histórico-sociais, considerou-se que esses compõem a prática educacional, portanto, o debate é em prol da não perpetuação de preconceitos e estereótipos que geram situações negativas entre homens e mulheres. O curso em questão contribuiu para a reflexão e entendimento de que a escola é um espaço de tratamento do conhecimento e que somente através da fundamentação teórico-metodológica o professor/a irá obter condições necessárias para realizá-la numa abordagem atual. Oferecendo ainda aos educadores/as uma forma constante de aperfeiçoamento por intermédio dos encontros, das discussões, reflexões, e entendimentos para o enfrentamento das dificuldades acerca de questões de gênero e diversidade 21

sexual, contribuindo com a preparação dos mesmos para discussões baseadas em conhecimento científico e não em crenças e valores pessoais.

Referencias Bibliográficas:

LOURO, Guacira Lopes .Gênero, Sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista/ Guacira Lopes Louro.-Petrópolis, RJ: Vozes,1997.

Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual/Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental.- 3. ed.-Brasília: A secretária, 20001.